

OS CONSELHOS DE ROUSSEAU NA BAHIA: AS CARTAS DE LINO COUTINHO PARA CORA

ROUSSEAU'S ADVICE IN BAHIA: THE LETTERS OF LINO COUTINHO TO CORA

LOS CONSEJOS DE ROUSSEAU EN BAHÍA: LAS CARTAS DE LINO COUTINHO A CORA



10.56238/revgeov17n2-034

Marta Maria Leone Lima

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: mmlima@uneb.br

RESUMO

O artigo analisa de que modo os argumentos rousseauianos acerca da educação de homens e mulheres chegaram à Bahia e contribuíram para a formulação de propostas de educação feminina no Brasil, especialmente no século XIX. Destaca-se a relevância da Escola Normal da Bahia, fundada em 1842, pioneira na formação de professoras no país. A pesquisa investiga a circulação da obra *Emílio*, de Jean-Jacques Rousseau, e sua influência sobre intelectuais baianos, com ênfase nas Cartas sobre a educação de Cora (1849), de José Lino Coutinho, médico, político e educador. Influenciado pelo Iluminismo, Coutinho defendeu a instrução feminina e participou de projetos legislativos voltados à educação das mulheres, incluindo propostas para criação de escolas e formação básica em conventos. Suas cartas, dirigidas à preceptora de sua filha durante viagem à Europa, apresentam um modelo educativo inspirado em Rousseau, fundamentado na diferenciação sexual da educação. Às meninas destinava-se formação moral, religiosa e doméstica, com ensino de trabalhos de agulha, desenho, música e virtudes familiares, orientado para o casamento e a maternidade. O estudo evidencia que, embora avançada para o contexto brasileiro, tal proposta mantinha bases patriarcais, reforçando a submissão feminina e a separação entre esferas pública e privada. Conclui-se que as ideias de Coutinho foram decisivas para o debate e a institucionalização da educação feminina na Bahia, revelando tensões entre modernização educacional e permanência das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Educação Feminina. Rousseau. Bahia. Século XIX. Gênero.

ABSTRACT

The article analyzes how Rousseauian arguments concerning the education of men and women reached Bahia and contributed to the formulation of proposals for female education in Brazil, especially in the nineteenth century. It highlights the relevance of the Normal School of Bahia, founded in 1842, a pioneer in the training of female teachers in the country. The study investigates the circulation of Jean-Jacques Rousseau's work *Emile* and its influence on Bahian intellectuals, with emphasis on *Letters on the Education of Cora* (1849), by José Lino Coutinho, physician, politician, and educator. Influenced by the Enlightenment, Coutinho defended female instruction and participated in legislative projects aimed at women's education, including proposals for the creation of schools and basic training in convents. His letters, addressed to his daughter's governess during a trip to Europe, present an



educational model inspired by Rousseau, grounded in sexual differentiation in education. Girls were assigned moral, religious, and domestic training, including needlework, drawing, music, and family virtues, oriented toward marriage and motherhood. The study shows that, although advanced for the Brazilian context, this proposal maintained patriarchal foundations, reinforcing female submission and the separation between public and private spheres. It concludes that Coutinho's ideas were decisive for the debate and institutionalization of female education in Bahia, revealing tensions between educational modernization and the persistence of gender inequalities.

Keywords: Female Education. Rousseau. Bahia. Nineteenth Century. Gender.

RESUMEN

El artículo analiza de qué modo los argumentos rousseauianos acerca de la educación de hombres y mujeres llegaron a Bahía y contribuyeron a la formulación de propuestas de educación femenina en Brasil, especialmente en el siglo XIX. Se destaca la relevancia de la Escuela Normal de Bahía, fundada en 1842, pionera en la formación de profesoras en el país. La investigación examina la circulación de la obra Emilio, de Jean-Jacques Rousseau, y su influencia sobre intelectuales bahianos, con énfasis en Cartas sobre la educación de Cora (1849), de José Lino Coutinho, médico, político y educador. Influido por la Ilustración, Coutinho defendió la instrucción femenina y participó en proyectos legislativos orientados a la educación de las mujeres, incluyendo propuestas para la creación de escuelas y formación básica en conventos. Sus cartas, dirigidas a la preceptora de su hija durante un viaje a Europa, presentan un modelo educativo inspirado en Rousseau, fundamentado en la diferenciación sexual de la educación. A las niñas se les destinaba una formación moral, religiosa y doméstica, que incluía labores de aguja, dibujo, música y virtudes familiares, orientada al matrimonio y la maternidad. El estudio evidencia que, aunque avanzada para el contexto brasileño, dicha propuesta mantenía bases patriarcales, reforzando la sumisión femenina y la separación entre las esferas pública y privada. Se concluye que las ideas de Coutinho fueron decisivas para el debate y la institucionalización de la educación femenina en Bahía, revelando tensiones entre modernización educativa y permanencia de las desigualdades de género.

Palabras clave: Educación Femenina. Rousseau. Bahía. Siglo XIX. Género.



1 INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo verificar como os argumentos Rousseauianos sobre a educação de homens e mulheres chegaram à Bahia e de que modo foi elaborada uma proposta de educação feminina no Brasil e especificamente na Bahia no século XIX. É importante ressaltar que a Escola Normal da Bahia inaugurada em 1842 tinha uma seção feminina¹ para formação de professoras, sendo a primeira experiência do Brasil.

Para tanto, pesquisei em que momento a obra *Emilio* (1995) foi trazida para a sociedade baiana como modelo para educação de meninas. Verifiquei através do livro “Cora: Lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX”, de Adriana Reis que teve como principal objetivo analisar as Cartas enviadas por Lino Coutinho para a preceptora de sua filha, orientando o modo como Cora deveria ser educada. Além da utilização dessas duas referências, encontrei no arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia no Setor de *Obras Raras* o livro do médico Lino Coutinho, intitulado *Cartas sobre a educação de Cora*, publicado em 1849.

José Lino Coutinho nasceu em 1784 na Bahia. Era filho de portugueses e médico, formado pela Universidade de Coimbra. Professor da Escola de Medicina na Bahia, em 1833 foi nomeado o primeiro diretor dessa instituição. Como membro da Junta Provisória em 1821, secretariou as atividades da junta e, cinco anos depois, foi deputado das Cortes de Lisboa. Eleito deputado da Assembléia Geral em 1826, logo após recebeu o título de conselheiro e foi nomeado médico honorário de D. Pedro I. (REIS, 2000, p. 138)

José Lino Coutinho era um homem adepto das idéias iluministas e da educação feminina, tanto que foi influenciado por Rousseau ao escrever as *Cartas sobre a educação de Cora*, além de ter participado da comissão que elaborou o projeto de Lei de 15 de outubro de 1827², que ofertava educação elementar para as mulheres. Em 1826³, apresentou também um projeto com o objetivo de transformar os conventos em escolas de formação básica feminina. Outro aspecto observado por esse médico, filósofo e poeta era o problema da escravatura; para ele, o tráfico de negros deveria ser extinto. (REIS, 2000, p.139)

As *Cartas para Cora* (1849) como já foi dito é resultado da correspondência enviada para a preceptora de Cora, sua filha, durante viagem de estudos que ele realizava pela Europa. Após sua Morte, alguns amigos próximos, que tinham conhecimento dessa correspondência, solicitaram à família que autorizasse a sua publicação.

Ao dissertar sobre as cartas de Lino Coutinho, Adriana Reis (2000) afirma que não havia, por parte da família do autor, a intenção de torná-las públicas; tal fato se deu por pedidos de amigos que

¹ Sobre a criação da Escola Normal da Bahia e sua seção feminina consultar Lima, Marta Maria Leone, 1997. p.97

² Essa lei tinha como objetivo ofertar escolas de Primeiras Letras para meninos e meninas em cidades e vilas do Brasil. Sobre a Lei, ver Ana Maria Freire, 1989

³ Projeto de Lei apresentado a Assembléia Geral em 1826



conheciam o conteúdo dos manuscritos e acreditavam existir neles uma proposta de educação feminina para a Bahia do século dezenove. A autora afirma que:

Alguns trabalhos anteriormente já haviam reconhecido a importância das *Cartas sobre a educação de Cora*. Afrânio Peixoto, no seu livro *Educação da mulher* (1936), citou aquela obra como um marco na história da educação feminina no Brasil. Para ele, Lino Coutinho foi avançado na pedagogia feminina do século passado, com uma proposta de educação real, que precedia a de seu país, uma educação perfeita. (REIS, 2000, p.148)

Assim como Rousseau, Coutinho acreditava que a educação seria responsável pela transmissão e, por que não dizer, pela formação de novos seres. É interessante observar a seguinte afirmação de Coutinho: “Julgar-me-ei demasiadamente recompensado si com a sua leitura e prática as meninas brasileiras receberem uma mais razoável e justa educação, pois que até hoje ela tem sido má e rotineira.” (apud REIS, 2000, p.149).

Para Coutinho, a educação da mulher, no Brasil, encontrava-se em estágio de desenvolvimento ainda precário. Talvez, por esse motivo, tenha apresentado, em 1826, um projeto de lei que solicitava a abertura de escolas nos conventos religiosos, com a finalidade de ensinar as meninas a ler, escrever e contar, bem como a doutrina católica.

Segundo Reis (2000), esse baiano havia entrado em contato com a obra *Emílio*, de Rousseau, em quem se inspirou para redigir as cartas de educação para sua filha, pois acreditava, assim como o filósofo, que existia uma educação diferenciada por sexo.

2 LINO COUTINHO E A LICÕES ROUSSEAUNIANAS

Lino Coutinho (1849) é um dos primeiros a propor uma educação feminina, distante daquela divulgada pela igreja católica. Sem exagero, poderíamos pensar em uma proposição de educação laica para as mulheres, com a finalidade de prepará-las para a nova sociedade que estava sendo gestada, ainda no século XIX, como afirma Reis na introdução do livro que as “*Cartas* anunciavam uma nova forma de integração e distinção entre grupos sociais e de gênero, o que se adequava ao processo de mudanças nos costumes em curso na sociedade brasileira.” (REIS, 2000, p.15)

Para compreender um pouco a importância desse tratado de educação feminina, é necessário entender quem é o responsável por sua elaboração. Adriana Reis (2000) destaca que, além de médico, filósofo e poeta, Lino Coutinho foi político, deputado e autor de projetos de lei relacionados à educação da mulher e à abolição da escravatura. Em seus estudos na Universidade de Lisboa, aproximou-se das idéias Iluministas que já circulavam no Brasil desde o início do século XIX, período em que tivemos diversas rebeliões e levantes na Bahia e no Brasil, inspiradas nessa filosofia, como veremos mais adiante.

A obra intitulada *As cartas sobre a educação de Cora* (1849) é organizada a partir do livro de



Rousseau, como demonstra Reis (2000): “Os conselhos a *Emílio* e a *Sofia* percorrem abertamente todo o tratado de Lino Coutinho: concepção de educação em etapas, aleitamento materno, existência de uma natureza feminina e outra masculina” (p.150).

A filosofia rousseauiana está presente em todo o tratado de educação para Cora e, por esse motivo, irei sistematizá-la a partir das cartas de José Lino Coutinho, com lições ou aspectos que se aproximam das dez lições que foram elaboradas na minha tese de doutorado⁴ a partir da proposta de Rousseau sobre a educação de Sofia, a noiva de Emílio.

A primeira Lição ensinada por Rousseau (1995) diz respeito às prendas domésticas: costurar, bordar e rendar. Para ele, esse aprendizado é interessante, porque remete as meninas para uma atividade de seu agrado, sobretudo porque as faz sentir o quão importante será aprender algo capaz de ser utilizado no futuro, muito mais do que a própria leitura.

Em relação a esse aspecto, Coutinho afirma que, até aquele momento, havia se dedicado apenas (carta XXVI) a aspectos ligados à educação física e moral de Cora e pretendia, a partir dali, destacar outros aspectos na educação feminina. O autor afirma que só tinha se preocupado em ilustrar a alma da jovem, porém havia deixado de lado noções importantes que poderiam livrá-la do infortúnio e da pobreza através dos trabalhos de agulhas. Assim, nos diz:

Até aqui só havemos tratado da educação física e moral de Cora, e da suficiente ilustração do seu espírito para não ser uma criatura fraca, perdida e ignorante; porém isto só não basta para a pormos a salvo dos perigos e infâmia que muitas vezes acarreta, no sexo feminino, a pobreza e a miséria em que se pode cair por qualquer mau lance da fortuna. *É preciso, pois, que ela aprenda alguns daqueles ofícios que são mais próprios das mulheres*, e que saiba trabalhar, porque com a sua habilidade tendo uma alma bem formada para a virtude, e o espírito um pouco ilustrado, zombará de certo da desgraça, sem comprometer sua honra, ganhando com o trabalho de suas mãos o pão quotidiano. Além disto, convém muito que uma *Mãe de família, ainda mesmo rica, saiba de todos os trabalhos que bem são precisos em uma casa, e à que se pode dar nome de industria doméstica. Aprenda portanto Cora a bem manejar uma agulha, a fazer bailar um fuso, a conduzir um ferro de engomar, e a fazer sua cozinha, e nem disto algum pejo ou vergonha deve ter [...]* e o quanto entre nós mesmos são respeitadas aquelas *Mães de família* que são peritas em semelhantes coisas, e *que bem cuidam em arranjar seus maridos, seus filhos e domésticos*, promovendo desta sorte, e quando podem, as comodidades da vida, e animando seus escravos a bem servirem a casa. (COUTINHO, 1849, Carta XXVI) (grifo nosso)

Através da carta escrita pelo autor, destaca-se a idéia de que existem tarefas dirigidas exclusivamente às mulheres. Desse modo, podemos concluir que, assim como os iluministas, Coutinho acreditava na existência de uma essência masculina e outra feminina, ou seja, tarefas, comportamentos, e sentimentos pertencentes a cada sexo. Em sendo assim, a mulher deveria desenvolver habilidades pertinentes ao seu sexo, como o cuidado com a casa, o mundo privado.

Retira-se dessa construção outro dado interessante: Coutinho acreditava, assim como

⁴ Sobre o assunto consultar: Lima, Marta Maria Leone. **Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história.** Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006



Rousseau, que o conhecimento e as habilidades femininas teriam apenas uma direção, ou seja, o cuidado com a família, marido e filhos. Por trás de tal recomendação, estaria o exercício da cidadania, que, dentro da formulação iluminista, vincula-se a um exercício masculino. Patemam (1993) considera que as mulheres estariam fora de tal acordo, por terem contraído anteriormente o contrato conjugal ou sexual.

Assim, a segunda lição de Rousseau (1995) aproxima-se da primeira quanto à introdução ao desenho na educação da menina. Segundo o filósofo, esse aprendizado não teria como finalidade transformar a jovem em paisagista, e sim lhe dar a possibilidade de desenvolver uma atividade agradável, como “ornar um cartão”, por exemplo. Para Lino Coutinho, o desenho teria, ainda, o objetivo de desenvolver a habilidade para a escrita. Ele acreditava, assim como Rousseau, que tal ensinamento devia ser dado à menina em uma determinada idade, por algumas razões:

Pelo que toca à instrução de Cora nesta primeira idade, a semelhança do que acabamos de dizer sobre a moral, ela deve ser toda mecânica, porque é por meio de brinquedos e de jogos que deve começar o menino a ler e escrever, afim de que não pense ele haver não isto obrigação e rigor, pois que lhe bastam os males e pesos da vida, que tem de sofrer para diante, e se lhe deve por isso conceder mais algum tempo de liberdade e prazer. Há bastantes *modos e meios*, vós bem o sabeis, *de ensinar os meninos a ler e escrever* sem o temor dos mestres, e nem haverem horas certas de estudo e por meio de puros *jogos de cartas, e pinturas*, nesta idade se consegue um fácil ensino destas regras, sem se amofinarem as crianças, que bem pelo contrário correrão para ele, *como* para um *divertimento*. (COUTINHO, 1849, carta XI)

Para Coutinho esse tipo de método é possível, quando se refere a uma única criança, pois, em escolas que recebem vários alunos, não seria possível adotá-lo. Em outra carta, o médico vai destacar a importância do desenho para o desenvolvimento da coordenação motora:

É também nesta ocasião que Cora deve começar a desenhar, a fim de que em boa hora, quando as articulações se acham ainda flácidas, se habitue ela aos regulares movimentos do traço e contorno, e porque mesmo o desenho muito se assemelha com a escrita. (COUTINHO, 1849, Carta XIV)

Observando as duas falas e contextualizando no tempo e espaço, podemos afirmar que ambos abordavam a educação feminina em séculos diferentes. Talvez, por esse motivo, o médico baiano tenha atribuído a essa atividade uma finalidade muito mais nobre, principalmente porque, para ele, por exemplo, a atividade física era importante tanto para o desenvolvimento físico do menino quanto da menina.

Em Rousseau, o desenho é uma atividade relacionada de tal modo às artes manuais, que ela ressalta o fato de que ela (a menina) não deve se tornar uma grande desenhista. O único objetivo das atividades manuais é preparar a mulher para realizar uma tarefa que é voltada exclusivamente para o seu sexo, o trabalho de agulhas.

De acordo com Lino Coutinho, o desenho, as artes manuais e os trabalhos de agulha teriam



também a finalidade de auxiliar no desenvolvimento da leitura e da escrita. A questão para análise seria: as artes manuais, quando pensadas para homens, excluem os trabalhos de agulha. Levando-se em consideração o período histórico e considerando gênero como organização social a partir do sexo, não teria sido à toa a inclusão dos trabalhos de agulhas na educação feminina, conforme podemos ver, adotados na Escola Normal da Bahia desde sua criação em 1836⁵.

Em se tratando de diversas formulações sobre a educação feminina, Nísia Floresta afirma que toda diferença existente entre mulheres e homens residiria apenas em um aspecto: a educação. No seu livro *Direito das mulheres e Injustiça dos homens*, publicado em 1832, baseada em uma tradução livre do texto de Mary Wollstonecraft, *Vindicación de los derechos de la mujer*, considera o seguinte:

Se em tempos imemoriais os homens tivessem sido menos invejosos e mais interessados em fazer justiça a nossos talentos, deixando-nos o direito de partilhar com eles dos empregos públicos, estariam tão acostumados em ver-nos preenche-los, quanto estamos em os ver desonra-los, e uma mulher, ou na roda dos advogados, ou na Cadeira Magistral, não seria tão admirável como ver um Juiz grave, languidamente rendido ao lado de sua amante, ou um Lorde bordando um vestido para sua mulher. (FLORESTA, 1832, p. 65)

A partir do questionamento de Floresta, observamos que a condição da mulher e do homem, na sociedade, é decorrente de construção social e que a educação se transforma em instrumento importante para modelar o comportamento de ambos os sexos.

Desse modo, a existência de matérias exclusivas tanto para meninos e como para meninas, como os trabalhos de agulha⁶ – adotados na Escola Normal da Bahia até o primeiro quartel do século XX –, feitos apenas por mulheres, e geometria para os meninos, tinha como finalidade a construção de identidades de gênero. A diferença sexual vai estar no tipo de orientação educacional recebida por homens e mulheres ao longo de suas vidas.

A grade curricular do curso de magistério, por exemplo, só começou a ser modificada com a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, que regulamenta os cursos normais, até então da alçada dos Estados. Desse período em diante, suas diretrizes foram centralizadas e fixadas as normas para sua implantação em todo território nacional.

No caso da Escola Normal da Bahia, quanto à organização curricular, a partir dos anos 40 do século XX, Lima (1996) considera:

⁵ Sobre a adoção dos Trabalhos de agulha como disciplina no curso normal da Bahia consulte: Lima, Marta Maria Leone. Magistério e condição feminina. In: Mitos, Ritos e Fatos. Mulher e gênero na Bahia. Organizadoras: Ana Alice Alcantara Costa e Ivya Alves.-Salvador:NEIM/UFBA,1997

⁶ Para Romanelli (2000), o curso normal ainda se caracterizaria com uma perspectiva mais de cultura geral do que profissionalizante. Outra característica seria a implantação de curso para regentes de ensino primário e formação de professores, que ficou conhecido como Escola Normal Regional, de primeiro ciclo, e a segunda como Escola normal mais especializada, para a formação de professores primários, segundo ciclo



Em síntese, como vimos, próximo à década de 40 houve uma modificação na grade curricular do Curso. Foram retiradas do currículo disciplinas como Francês e Prendas, e introduzidas, disciplinas como o Inglês – certamente o modelo a ser seguido naquele momento não mais correspondia ao europeu e sim ao modo de vida americano – as Artes Industriais, Sociologia, Psicologia, Estatística, Didática, Metodologias, Administração Escolar e Música.

A partir dessa década o Curso de Magistério ganhou um caráter mais profissionalizante, voltado para a área escolar. A própria nomenclatura das disciplinas indicava isso, pois o título das disciplinas vinha acompanhado da palavra “educacional”, ou seja, sugerem que a História, a Psicologia, a Sociologia e outras eram trabalhadas dentro da perspectiva da educação. (LIMA, 1996, p.126 e 127)

Assim, o Curso de Magistério, depois da década de 1940, passou a atender a uma perspectiva mais educacional e didática e a preparar profissionais de ambos os sexos para a docência: “Isto porque, a partir de 1938, acabou a distinção de disciplinas cursadas por moças e rapazes, como no caso as Prendas. Isso não significa dizer que foram extintos os tratamentos diferenciados para homens e mulheres” (LIMA, 1996, p.127). Devemos considerar também que, nesse período, o Curso Normal já era eminentemente feminino, e não justificaria investir em disciplinas que certamente seriam frequentadas por um número insignificante de alunos.

No livro *Gênero, sexualidade e educação*, Guacira Louro (2000) destaca que a escola é responsável por produzir comportamentos “adequados” para meninos e meninas. Na realidade, a nossa socialização é feita a partir das atribuições de cores, brincadeiras, jogos, tarefas e profissões que foram ou são tidas como “talhadas” para mulheres ou homens. Eis a razão iluminista orientando, até os dias atuais, os processos educacionais. As idéias essencialistas estão na base da organização curricular, na organização de conteúdos e nas práticas pedagógicas

Essas distinções podem ser percebidas, por exemplo, na Escola Normal da Bahia que, segundo Lima (1996), facultava, na década de 1930, o direito dos alunos a entrarem na escola pela escada privativa dos professores e a terem a primazia do acesso à sala de aula antes das alunas. Esse tipo de ocorrência acaba por estabelecer lugares e posições privilegiadas e distintivas por sexo e, conseqüentemente, a vida em sociedade acabará por incorporar essa divisão.

Desse modo, podemos perceber as relações de gênero como um conjunto de idéias baseadas em qualidades, papéis, identidades, comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens, determinadas pelo contexto social, histórico e cultural de cada sociedade, ou seja, uma construção social e cultural sem qualquer relação com o sexo biológico.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que as qualidades positivas estariam vinculadas aos homens e as negativas às mulheres. Para Joan Scott (1990) gênero é definido como uma construção social histórica e cultural das diferenças percebidas entre os sexo. Assim, desde pequenos ou pequenas, somos acostumados ou acostumadas a enxergar o mundo pela ótica das relações de gênero e, conseqüentemente, o gênero é mutável e variável.



Ao contrário do que o filósofo Rousseau (1995) afirma no início do quinto capítulo de *Emílio* – que a diferença entre homens e mulheres advém apenas do sexo –, a sociedade ocidental moderna tem em sua base a organização social assentada nas diferenças que são percebidas. Ou seja, o sexo e a educação é que vão ser os instrumentos utilizados para perpetuar essa idéia de base biológica das diferenças entre mulheres e homens.

Alguns estudos sobre educação e gênero têm afirmado, ao contrário do que destacamos acima, que a educação tem sido responsável pela socialização de meninas e meninos, mesmo sendo educados e educadas no mesmo espaço físico, como acontece na escola. Essas distinções entre os gêneros serão construídas gradativamente, através do treino, da repetição, dos “exemplos”, das falas, dos discursos e das práticas realizadas no interior da escola, que reforçam a tese de uma desigualdade proveniente das diferenças percebidas entre os homens e mulheres, ou seja, do sexo.

Quando Rousseau (1995) estabelece, no século XVIII, e Lino Coutinho (1849), no século XIX, na Bahia, que deveriam ser introduzidos, na educação feminina, o desenho e as artes manuais, o objetivo seria treinar as moças para tarefas que estariam relacionadas ao seu sexo. Podemos dizer que o inverso também é verdadeiro: desde muito cedo, os meninos são treinados para lidar com o público, para o uso da palavra.

A terceira lição apresentada por Rousseau corrobora tudo que foi dito acima: “exercitar as meninas a dominarem suas fantasias e a se submeterem à vontade dos outros”. Se a menina tivesse uma natureza voltada para a submissão, como traço inerente ao seu sexo, precisaria a mulher passar por um treinamento específico de aceitação do jugo de outro?

Nesse aspecto, a perspectiva de Lino Coutinho se diferencia da de Rousseau (1995), porque ele vai propor um meio menos autoritário, ao recomendar a leitura de textos com um conteúdo moral e a vedação de toda e qualquer possibilidade de Cora deixar que suas fantasias a conduzam para um caminho desafortunado. Assim, afirma:

Cora tem chegado à idade critica, em que o perfeito desenvolvimento do sexo se apresenta, e onde o seu sangue duvidosamente agitado, e impelido por um coração superabundante de vida, dá origem a vivas inquietações e desassossego da alma, que ela ao principio desconhece, mas que ao depois sabe serem os precusores do amor, porque a natureza que o inspira é a mesma que lhe descobre o segredo. É mister, pois, nesta tão perigosa época afastar com muito cuidado de Cora tudo quanto pode favorecer a exaltação das suas idéias e de suas fantasias, gérmen das paixões amorosas: ela arde em uma febre, e são precisos os calmantes. A leitura de todos os romances amatorios, versos, e música de semelhante natureza e índole, lhe deve ser vedada, porque tais composições, pintando o amor com vivas e brilhantes cores, como origem inefável de gozos e prazeres, arroja o belo sexo em um pélago de infortúnios e desgraças: são estas terríveis obras quem pintando o homem e o amante como um anjo, e collocando a felicidade nos seus braços, perde a maior parte das mulheres quando, por assim dizer, seduzidas se entregam todas ao amor, porque depois só encontram seres defeituosos e fracos que as abandonam, ou, pelo menos, não correspondem ao justo a idéia que deles haviam feito. Para moderar, pois, esta febre do amor, e calmar os fogachos da imaginação, é mister uma leitura honesta e abundante em máximas de moral, de virtudes públicas e privadas... (COUTINHO, 1849, Carta XXIII) (grifo nosso)



Lino Coutinho vê a mulher como vítima do homem, como alguém que precisa ser protegida e afastada dos perigos da vida. As referências em relação à fragilidade feminina são marcantes, e a literatura se inseria numa dessas preocupações, pois não é à toa que, durante muito tempo, tenha sido vedado à mulher o acesso à leitura.

Durante o século XIX, no Brasil, apesar da grande discussão, como vimos anteriormente, a única política efetiva de educação das mulheres, de uma forma mais ampla, será o Ato Adicional de 1827 a Constituição de 1824, que confere escolas de Primeiras Letras a meninos e meninas. Certamente, através dessa lei, nem todas as mulheres tiveram acesso à educação. Nunes (1997) nos informa que, em 1868, o relatório de abertura da Assembléia Legislativa registra que, no ano de 1867, funcionavam, na Bahia, “210 cadeiras primárias públicas de meninos, tinha havido a frequência de 7.611 alunos e em 49 de meninas, 1.829 discípulas.” (NUNES, p.186) Observe que, quantitativamente, 41 anos depois da criação de escolas para meninos e meninas, o número de cadeiras dirigidas para as meninas não corresponde a um quarto das cadeiras para meninos.

Se considerarmos que, até mais da metade do século XX, em algumas regiões do Brasil, o acesso à escola era extremamente restrito, e havia uma crença de que mulheres alfabetizadas poderiam entrar em contato com seus pretensos namorados e fugirem, o que pode revelar um controle da sexualidade feminina⁷, a proposta de Lino Coutinho não só é avançada para o período, como revela a consonância de suas idéias com o pensamento iluminista e rousseauiano, que atribui um papel importante às mulheres como orientadoras da família e aos homens como provedores.

A título de ilustração do avanço do Dr. Lino Coutinho quanto ao acesso ao livro para mulheres, ainda no século XIX, a sua recomendação seria aquela que orientaria as meninas e jovens para “leitura honesta e abundante em máximas de moral, de virtudes públicas e privadas...”, para que não acreditem que o amor e os homens possam oferecer apenas “gozos e prazeres” e não caiam no infortúnio ou em desgraça.

Outro aspecto que deve ser considerado refere-se à origem de classe dessas mulheres. Lino Coutinho escreve sobre a proposta de educação de uma menina pertencente à classe alta, com acesso a uma educação refinada, que incluía aulas de francês, piano e conhecimentos gerais, de exclusiva competência familiar e privada, via de regra através de preceptoras vindas, muitas vezes, da Europa. Portanto, sua proposta não estabelecia uma ação dos poderes públicos.

É importante ressaltar que muitas autoras do século XIX destacaram a importância do acesso à instrução para as mulheres, pois acreditavam que, por serem elas responsáveis pela educação da

⁷ Verifiquei, durante a realização do mestrado, que a sexualidade feminina era ainda muito controlada. Ao entrevistar uma aluna que cursou o magistério, em 1960, no ICEIA, perguntei sobre questões relacionadas ao corpo e à sexualidade. Ela me informou que, dentro da escola, tal tema nunca foi tocado e que só veio a saber sobre sexo através de um livro emprestado pela prima, que fazia faculdade e que discutia o assunto. Até então, não sabia como a mulher engravidava, e as informações contidas no tal livro deixaram-a bastante chocada.



família, deveriam ter acesso à leitura e à escrita. Dentre os autores e autoras que advogavam esse princípio, estão Nísia Floresta, Lino Coutinho, Rousseau e Mary Woltonecraft.

A educação vai aparecer, nesse aspecto, não para atender às necessidades da mulher, mas o seu objetivo é a sujeição e o jugo a outros, à família e, certamente, aos homens. A quarta e a quinta Lição de Rousseau têm como teor o treinamento de meninas para a aceitação da submissão e da resignação de sua vontade aos outros. Em Lino Coutinho, esse aspecto vai ter outro caráter, de fortalecimento da menina, para que não seja, no futuro, um ser fraco. Provavelmente, a visão desse autor quanto ao papel da mulher seria daquela que substitui o marido em sua ausência. Desse modo, seus conselhos são de fortalecimento do caráter feminino.

Nada é tão prejudicial nesta idade, ainda terna e delicada, como seja *o medo* que de ordinário se costuma incutir nos ânimos das crianças, já para as conservadas e caladas e tranqüilas, já por um divertimento bárbaro daqueles que as rodeiam. *Longe de minha filha uma semelhante impressão, que depois fará dela um ser fraco, e cheio de prejuízos.* (...) Assim veja minha filha todos os animais feios, e mesmo com eles brinque, ouça os grandes estrondos, acostume-se com o escuro da noite, com a solidão das igrejas, e com a vista dos mortos, onde não vos mostrareis nem aterrada, e nem sensível, afim de que não conceba uma idéia terrível do fim natural do homem... (COUTINHO, 1849, Carta VIII) (Grifo nosso)

O que seriam, para Lino Coutinho, “coisas nocivas”? Em outra carta, ele comenta sobre leituras inadequadas, sobre o amor e sobre a idéia de homens com formato de anjos. Deve a menina acostumar-se como todas as coisas duras da vida e se fortalecer diante das “seduções”.

A sexta lição rousseauiana diz respeito à dança e à música. Segundo esse autor, a mulher teria de tornar o seu lar aconchegante; assim, tanto a dança como a música deixariam a vida familiar mais agradável, confortando o marido, entretendo a todos que habitam a casa.

A mulher era educada para controlar seus instintos e agradar ao seu marido. Havia a idéia, também, de pensar o espaço do lar como aquele de privacidade. Assim, o século XIX passa a apresentar novas concepções de família, de feminilidades e de masculinidades e, desse modo, outros espaços de sociabilidade são considerados e construídos. Saber cantar e dançar podem ser vistos como sinais de refinamento e sofisticação, sendo, então, um dado importante para a educação da mulher.

D’Incao (2000) informa que, no século XIX, com o crescimento das cidades e da burguesia, a organização dos espaços da casa é modificada. Demarca-se, nessa nova disposição, um afastamento nos limites de convívio dos seus moradores e empregados, e o lar torna-se mais “aconchegante”. Outro aspecto que parece contraditório, porém complementar, é a sociabilidade. Ao mesmo tempo em que esses lares se fecham, interiorizando a vida doméstica, as famílias mais ricas abrem seus salões para festas. Nessas ocasiões, saber dançar e saber cantar são, talvez, aspectos importantes na educação feminina. Assim, para D’Incao, havia espaços intermediários entre a casa e a rua, como os salões e as salas de visitas. Para ela,



Nesses lugares, a idéia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos “outros”. A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre – “a convivência social dá maior liberalidade às emoções” –, não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada. (D’INCAO, 2000, p. 228)

Verifica-se, assim, que não se tratava mais de manter a mulher enclausurada nas casas ou nos conventos: era necessário rever o tipo de educação oferecido até então para as mulheres. Ivan A. Manuel (1996) informa que a educação feminina não tinha sido um item de preocupação da sociedade patriarcal brasileira durante o século XIX. Tanto que considera que havia uma prisão doméstica; a elas eram reservados a ignorância e o afastamento do mundo, e essa situação perdurou durante todo o período colonial e parte do imperial. Porém ressalta que, com

[...] a abertura dos portos para o mercado mundial, a partir de 1808, a urbanização, ainda que incipiente, a penetração do capitalismo e a gravitação no universo do neocolonialismo, trazendo com eles a própria cultura burguesa moderna, exigiram uma redefinição social em relação à educação feminina. (MANUEL, 2001, p. 22)

Ou seja, havia a necessidade de se repensar que educação seria essa, oferecida para as mulheres nessa nova sociedade que se inaugurava? Sociedade urbanizada, identificada com os valores da sociedade burguesa, com demandas diferentes daquelas até então vivenciadas. Por esse motivo, Manoel (1996) nos diz que era imperioso educar as mulheres. Nesse aspecto, a vinda da família real para o Brasil foi fundamental. Costa (1995) afirma que:

Para las mujeres brasileñas la trasmigración de la familia real la posibilidad de la vida mundana. Las mujeres de la clase alta empezaron a seguir las modas europeas, a participar en los bailes, a frecuentar los teatros, a tener clases de música y hasta alguna noción de lectura para que pudieren lucir en los salones. No obstante, estos cambios no significaron una alteración en su estatus social. (Costa, 1995, p. 131)

Por esse motivo, Coutinho vai atribuir uma importância maior que Rousseau à educação feminina e, dentro dessa educação, a música e a dança teriam uma importância primordial para o polimento dessas jovens. A diferença estaria nos fins atribuídos a esses aspectos, ou seja: em Rousseau, eles seriam apenas para agradar e alegrar o lar; em Coutinho, a sua finalidade seria o desenvolvimento do bom gosto e do refinamento. Porém, se analisarmos as duas perspectivas e considerarmos os dois períodos em foco – o século XVIII e o século XIX –, podemos dizer que a música e a dança teriam a mesma finalidade, ou seja, moldar essas mulheres para o lar e para a educação da sua família, a partir da idéia do refino e do bom gosto.

Portanto, para Coutinho, é de extrema importância educar Cora pela arte, pois, na sua condição de moça da elite, seria de bom grado lhe oferecer um verniz cultural para que pudesse até arrumar um



marido dentro do extrato ao qual pertencia. Diz, então:

Com a Música, por assim dizer, teórica se deve acompanhar o canto, e é justo que nisto se exercite ela si sua garganta for sonora e afinada, porque com o uso e ouvir dos bons estilos se adquire gosto, porém jamais com isto se muda o órgão da voz si uma vez a natureza o fez duro e desigual. (Coutinho, 1849, Carta XV)

A música teria o objetivo de refinar Cora, para que pudesse freqüentar os salões, e a educação teria o objetivo de prepará-la para conversar e estabelecer relações sociais. Assim, a música, o piano e o francês seriam todos extremamente importantes como um dado a mais, decorrente da posição social ocupada por aquela família. A mulher, agora, além de prendada, deveria ser culta.

Devemos observar que Lino Coutinho está falando de uma educação feminina no segundo quartel do século XIX, em que a sociedade brasileira passava por mudanças bastante significativas, como a abdicação de Dom Pedro I. Com o período regencial, o império entrega a responsabilidade da educação básica e secundária para as províncias, e a família burguesa passa a se estruturar a partir da idéia do amor romântico, da família nuclear, com pai, mãe e filhos. A urbanização caminha a passos largos, e a mulher precisa se sociabilizar diante desses novos pressupostos.

Embora essa sociedade esteja assentada em novas bases, que evidentemente não desaparecem de um dia para outro, algumas lições de um passado ainda tão próximo, como a questão da religião, permanecem. Rousseau destaca, na sua sétima lição, que a mulher, em termos religiosos, deve seguir inicialmente orientações da mãe – que certamente já segue as do marido – e, quando casada, deve abraçar a religião do marido.

Essa nova sociedade, que abre as portas da rua para as mulheres, agora também letradas⁸, deve ter o cuidado de providenciar meios para controlá-las. Nesse sentido, a religião poderia ser considerada como esse meio. A finalidade é garantir as “rédeas” dessa mulher, é conter a sua sexualidade. Nesse sentido, Silva (1999) afirma:

Das leis do estado e da igreja, com freqüência bastante duras, à vigilância inquieta dos pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas. (p.45)

A religião vai operar como responsável pelo treinamento e controle da sexualidade feminina. Portanto, já que somos responsáveis pela saída de Adão do paraíso, temos o pecado original herdado de Eva e retiramos da humanidade a possibilidade de viver no paraíso, então devemos pagar até os dias atuais por esse desvio, isto é, submetemos-nos à vontade masculina. (Silva, 1998)

⁸ Homens letrados são considerados como detentores de conhecimentos, com bastante leitura, e a mulher letrada é aquela sabida, que dissimula e engana



E é com essa pecha que seguiremos para o século XIX, a de liberar a educação para as mulheres, sem que elas esqueçam que possuem a marca do pecado original. Manuel (2001) nos diz que a oligarquia brasileira desejava a modernização, mas, ao mesmo tempo, a temia. Para ele, esse medo revelava-se em relação à educação de suas filhas, em que a questão era saber como educá-las sem perder o controle sobre elas. Nesse sentido, a educação com forte viés religioso seria a saída.

Coutinho também vai propor, para a educação de Cora, uma formação religiosa cristã, a partir da bíblia. Para ele, até aquele momento, Cora tinha aprendido através da prática, exercitando a caridade. A partir daí, seria necessária a leitura das sagradas escrituras, para sedimentar os valores cristãos de piedade e de amor ao próximo, o que o faz aconselhar:

Até aqui a instrução de Cora acerca de religião tem sido, por assim dizer, simplesmente prática, porque toda ela tem consistido em alguns atos de piedade e exemplos de caridade por vós exercitados; e isto tem sido o único compendio vivo de sua educação religiosa, e com o qual ela se acha habilitada para receber algumas outras idéias mais sublimes e positivas. De hoje em diante, como ela já tenha por si adquirido a grande e primordial idéia de Deus supremo e bom, e conheça o seu e o meu, deverá mais aprender e saber lendo os livros santos do Velho e Novo Testamento, e com particularidade este último, onde se encontra toda a moral e doutrina de Jesus Cristo, nosso Divino Mestre, e o catecismo da *religião cristã*, que para sua instrução compus e ofereço. *Desta sorte, e com estes únicos livros, ficará completa toda a educação religiosa de vossa filha acerca de seus deveres para com Deus, e o próximo; porque nisto vale mais um coração reto e bem formado com os bons exemplos e piedosas práticas, do que quantos livros se encontram no mundo.* (Coutinho, 1849, Carta XIX) (grifo nosso)

Portanto, a formação religiosa daria o equilíbrio: soltar as amarras e garantir por meio do exercício religioso e da imagem de Maria, pura e santa, que concebeu sem pecado, o exemplo mais forte da mulher cristã, que é educada também para transmitir esses valores para as suas famílias.

Mulher instruída, religiosa, recatada e culta, essa é a mulher do século XIX, preparada para se relacionar com as novas demandas da sociedade ocidental daquele período. A oitava lição do filósofo: educar as mulheres para facultar com a razão, para ele, prática vinculada à resolução dos problemas diários.

O autor citado nos disse, anteriormente, que a educação feminina deve ser comedida, sem intenção de oferecer nada além do que é necessário para a labuta doméstica diária, pois ela é boa para aprender, mas deve ser aluna e não a professora do marido e se adequar aos gostos do seu senhor. Ou seja, nós, mulheres, devemos aplicar os axiomas elaborados pelos homens, fazendo observações segundo os princípios estabelecidos por eles.

Apesar de escrever as cartas alguns anos depois da publicação de Emilio, a idéia de uma mulher sujeita à vontade do marido, submissa e conformada, aparece em Lino Coutinho. A questão é: que importância teria tanta ilustração feminina, se o objetivo é fazê-la resignada e obediente? Por que gastar tanto tempo em um investimento educacional, se cabe a ela apenas o cuidado dos filhos e marido? Parece contraditório, no entanto, o “destino feminino” é a criação da família, a liberação do homem para a vida pública e, provavelmente por isso, os conselhos de Coutinho para Cora são tão



parecidos com os de Rousseau (1995). Observe-se:

Tudo que precisa de cuidados, afagos e consolação deve procurar o belo sexo, porque ele foi destinado a cuidar do homem desde o seu nascimento até a morte, a abrandar seus costumes e maneiras na sociedade, e a procurar-lhe as imensas comodidades da vida domestica. Sêde, pois, sempre afável e carinhosa com o vosso marido, e indulgente desculpadora de suas inconseqüências, afim de que ele vos faça o mesmo... (Coutinho, 1849. Carta XXXVI)

Para dar conta desses cuidados, uma educação refinada traduziria a situação financeira daquela família burguesa. A mulher deveria saber receber, conversar, orientar os empregados etc.

A mulher sempre foi vista como um ser frágil, que necessitava da proteção dos outros, geralmente homens: pai, irmãos, e posteriormente marido. Outro aspecto relacionado à visão da sociedade quanto à mulher é o fato de ser vista como um ser lascivo, que necessitava do controle externo.

Del Priore (2000) nos informa que o corpo feminino sempre foi visto como sinônimo de incerteza e indefinição, aproximado de algo demoníaco. Para ela, por exemplo, durante a colonização, as doenças eram vistas como sinal de ira do Pai Celeste. Assim, “ num cenário em que a doença e culpa se misturam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da igreja católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e Diabo se digladiavam.” (p.78) A partir de concepções semelhantes a essa é que a sociedade constrói o ideal de mulher.

Para seres tão imperfeitos, nada como um marido para honrar, respeitar e ser eternamente agradecida. É, pois, desse entendimento que se abstrai a nona lição de Rousseau (1995), que diz: “ensina-a ser fiel e a honrar o seu marido. Ela deve estar agradecida por ter sido escolhida por ele e em troca deve saber se organizar social e intelectualmente para servir-lo.”

Após adestrá-la de acordo com os interesses de uma sociedade patriarcal, sexista, machista e misógina, nada como dizer a esse ser imperfeito, marcado pelo pecado original – que condenou o homem a ter de labutar para sustentar a mulher e sua prole, e a si própria a viver submissa e sentir dor e sofrer na hora do parto – que ainda deve agradecer por ter um homem que a queira. Lino Coutinho não difere tanto dessa visão, ao aconselhar:

Quero que a nossa Cora, fortificada com as máximas de uma sã moral, escolha um dia para marido um homem são e robusto que apresente no seu todo o tipo e o caracter do sexo masculino, e não de alguém efeminado Adonis, de um homem honesto, e cometido em suas palavras e ações, amigo de Deus, dos homens e da pátria; porque só com este ela poderá ser feliz, e só nele encontrará um protetor seguro, um amigo fiel, e finalmente um digno Pai para seus filhos... (Coutinho, 1849, Carta XXIII)

O homem por sua natureza é, minha filha, monógamo, como são também alguns dos outros animais, isto é, destinado a viver com uma só mulher, e vice-versa; porque um ser dotado de razão, e que sabe apreciar o sentimento do amor, não pode admitir a poligamia, ou o casamento do homem com muitas mulheres, e nem de uma só mulher com muitos homens, visto que não haveria então a paz domestica, nem a boa e igual educação dos filhos; e porque mesmo ninguém deseja ter companheiros no gozo do amor... (Coutinho, 1849, Carta XXIX)



Depois do amor segue-se a fidelidade, ela é o móvel principal da união dos casados, e a primeira condição do contrato, sem a qual se deveria tornar nulo se sua natureza. Quando um indivíduo diz á outro de sexo deferente – eu prometo ser teu exclusivamente, - e este repete a mesma coisa, o casamento está feito. Faltar, pois, a este juramento entregando-se á outrem é ser perjuro, é desmanchar o contrato; e tanto que nos países onde o divorcio se admite, o casamento se desmancha pelo crime de infidelidade conjugal, ou adultério; e entre nós, posto que por isto se não anule, com tudo se permite o desquite, e o infiel é castigado com graves e pesadas penas, marcadas no nosso código. Em direito, e pela religião, *minha Cora, ambos os contraídos, quer seja marido ou mulher, são obrigados á uma absoluta fidelidade; porém o mundo, vista a diferente condição dos dois sexos, não avalia com igual peso a infidelidade de ambos* Que educação poderá ela dar á sua filha, quando a tenha, que se não ressinta da sua desregrada conduta?... (Coutinho, 1849), Carta XXXIV)

Imbuído da idéia de que a fidelidade e o amor são importantes no casamento, Coutinho vai dizer a Cora que a sociedade enxerga de modo diferente a infidelidade feminina e, por esse motivo, deve ela, assim como aconselha Rousseau, honrar e respeitar seu marido.

A Décima Lição sintetiza os nove conselhos apresentados por Rousseau (1995), sobre a educação feminina. Ou seja, para o filósofo, a mulher deve ter um estudo voltado apenas para prática, e a sua função seria apenas organizar a vida de outros e aplicar as abstrações realizadas pelos homens, executando-as. Assim sendo, o conselho do médico para a sua filha é que ela terá como o reino o lar, já que esse espaço não é adequado aos homens. Coutinho conclui numa de suas cartas: “Tenho-vos falado do marido e dos filhos; agora tratarei da família, de que sois a natural governante, visto que o homem por sua educação, e mesmo talvez por sua índole não é próprio para os trabalhos domésticos...” (Coutinho, 1849, Carta XL).

3 CONCLUSÃO

Desse modo, para a mulher daquele período, a educação teria como destino apenas o de servir aos homens, fossem eles o marido ou os filhos. As cartas escritas pelo Dr. Lino Coutinho traduzem as mudanças que ocorreram na Bahia do século XIX e revelam os novos papéis que as mulheres passariam a ocupar a partir de então.

Como político, certamente interferiu decisivamente para a introdução das mulheres na educação da Bahia. Seus projetos de leis possuíam sempre um conteúdo voltado para a garantia dessa educação. Reis (2000), em seu livro, destaca que esse autor vai educar sua filha para autoconsciência e autonomia. É bom destacar que ainda em 1826, em função de sua preocupação quanto à educação feminina, propõe um projeto de lei que alavancaria a educação da mulher no Brasil, que se encontrava em estágio bastante primário (Reis, 2000).

Como político, colaborou no debate que resultou no Ato Adicional de 1827 à Constituição de 1824, que solicita a criação de escolas de Primeiras Letras para meninos e meninas em todo o território nacional. Isso demonstra o seu empenho em garantir instrução a uma parte da população brasileira que, até então, permanecia invisível, devido ao patriarcalismo e ao catolicismo, que conservava as mulheres



como seres limitados, sem autonomia. Em 1832, Lino Coutinho fez um levantamento das escolas femininas no Brasil e chegou à conclusão de que havia apenas 20 funcionando em todo o império (Nunes, 1999).

Lino Coutinho não só alimentou o debate sobre a instrução feminina no Brasil, ao escrever as Cartas para sua filha, que postumamente foram publicadas com o título as *Cartas sobre a educação de Cora*, como influenciou decisivamente na inclusão dos artigos que garantiam a entrada das mulheres na Escola Normal da Bahia. Como intelectual, ajudou a refletir sobre o tema e, como político, propôs mudanças significativas na história da educação feminina na Bahia e no Brasil.



REFERÊNCIAS

- COSTA, Ana Alice Alcântara. La Mujer em el Poder Local em Bahia/Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidade Nacional Autónoma de México, 1995.
- COUTINHO, José Lino. Cartas sobre a educação de Cora. Bahia: Typografia de Carlos Poggetti, 1849.
- DEL PRIORE, Mary. A Mulher na História do Brasil. SP: Contexto, 1988.
- DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.
- D'INCAO, Maria Angela. Mulher e família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.
- FLORESTA, Nísia. Direito das mulheres e injustiça dos homens, Brasília: INEP, 1989.
- LIMA, Marta Maria Leone. Magistério e condição feminina. In: Mitos, Ritos e Fatos. Mulher e gênero na Bahia. Organizadoras: Ana Alice Alcântara Costa e Ivya Alves.- Salvador: NEIM/UFBA, 1997
- LIMA, Marta Maria Leone. Magistério e Condição Feminina: Um estudo sobre a identidade de gênero no ICEIA. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- LIMA, Marta Maria Leone. Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MANOEL, Ivan A. Igreja e educação feminina (1859-1910): Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- NUNES, Antonieta de Aguiar. Educação na Bahia no Século XIX: algumas considerações. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, n.93, jan/dez, 1997.
- PATERMAN, Carole. O Contrato Sexual. Tradução: Marta Avancini. RJ: Paz e Terra, 1993.
- REIS, Adriana Dantas. Cora Lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Salvador: FCJA; Centro de Estudos baianos da UFBA, 2000.
- ROSSEAU, Jean Jacques. Emílio, ou, Da educação. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. V.16, n.2 jul/dez. Porto Alegre: p. 5-22, 1990.
- SILVA, José Carlos de Araújo. O recôncavo baiano e suas escolas Primeiras Letras (1827-1852): Um estudo sobre cotidiano escolar. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.



SILVA, Elizete da. Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

